

Ata da 9ª (Nona) Sessão Ordinária do I Período Legislativo. Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três (27.03.2023), às 19h30min, na Casa Eduardo Domingos de Lima, no Plenário Luiz Gonzaga Dantas de Oliveira Campos, na Rua José Justo dos Santos, Nº 36 Tabira – PE, com a presença de 10 (dez) dos 11 (onze) Srs. Vereadores que formam a atual Constituição Municipal, o Sr Presidente Valdemir Nogueira do Amaral Filho abriu a sessão cumprimentando a todos. Logo após, solicitou de seus Pares apostos a Mesa, as devidas assinaturas no Livro de Presença e na Folha de Frequência, ao que foi atendido e justificou a ausência do Vereador Djalma Nogueira Sales por motivo de ordem superior. Em seguida, solicitou da Secretária a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual, em comum acordo entre os Pares, foi dispensada a leitura e aprovada por unanimidade dos votos presentes. Dando continuidade, solicitou da leitura das correspondências recebidas; Ofício nº 055/2023 – SEMAD Secretaria Municipal de Administração, o qual encaminha o Projeto de Lei nº 004/2023 que dispõe sobre o licenciamento ambiental no município de Tabira e dá outras providências; Mensagem nº 004/2023 que justifica o Projeto de Lei nº 004/2023 e solicita a apreciação e aprovação do referido projeto de lei em caráter de urgência; ofício nº 082/2023/GAB – Secretaria Municipal de Educação que, em resposta ao Ofício nº 100/2023 desta Casa Legislativa, informa o cumprimento das metas que estabelecem a política de valorização dos profissionais do magistério, no que se refere à alteração e aprovação do Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais da Educação e informa também o cronograma de atendimento ao novo percentual atribuído ao piso do magistério, conforme a Portaria Interministerial nº 06 de 29 de dezembro de 2022, para o exercício 2023, descrito no Ofício Gabinete nº 054/2023 anexado a este e o ofício nº 01/2023, de origem do gabinete do Vereadora Socorro Veras, datado de 27 de março de 2023, que solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 031/2023 de sua autoria, que institui o feriado municipal do dia Internacional da Mulher no município de Tabira e foram apresentados: Projeto de Lei nº 032/2023 – Legislativo – Ementa: Veda a nomeação de pessoas que tenham sido condenadas por crimes contra crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, violência doméstica e maus tratos aos animais - Vereador proponente Valdemir Nogueira do Amaral Filho; Projeto de Lei nº 033/2023 – Legislativo – Ementa: Dispõe sobre outorga de Título de Cidadão Tabirense a Daniel Alves da Silva e dá outras providências - Vereador proponente Djalma Nogueira Sales os Requerimentos nº 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064 e 065/2023; as Moções de Aplausos nº 025, 026 e 027/2023 e as Moções de Pesar nº 015, 016, 017, 018, e 019/2023. Não havendo mais apresentações, o Sr Presidente solicitou do 1º Secretário que convocasse o primeiro orador da noite, sendo convidada a Vereadora **Socorro Veras** para fazer o uso da tribuna, que após suas saudações iniciais iniciou sua fala parabenizando o presidente desta Casa pela sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, com a entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo Municipal Maria Celeste Vidal, estendendo os cumprimentos a equipe desta Casa. Enviou os sentimentos de pesar aos familiares da Sra. Severina Maria da Conceição; justificou os requerimentos de sua autoria apresentados nesta sessão, reforçando o seu pedido em relação aos reparos da Rua Laudemiro José da Rocha, inclusive na chegada da Capela N. Sra. De Fátima, principalmente por se estar iniciando a festividade religiosa desta comunidade. Relatou a visita que fez à Secretaria de Agricultura, onde teve a informação de que os poços artesianos estão funcionando os poços e tratou sobre a manutenção das estradas rurais e sobre o abastecimento de água entre outros



assuntos, para o que agradeceu ao Secretário de Agricultura pelo acolhimento que teve. Mencionou o projeto de lei que trata sobre o aluguel social, destacando que esse projeto trata sobre 30 alugueis sociais por o prazo de seis meses de duração, podendo haver prorrogação somente uma vez e por igual período; mencionou também o ofício do então presidente desta Casa Djalma Sales, o qual diz que os nobres Pares pediram para o projeto ser retirado de pauta para que haja modificação no artigo 6º de 30 para 300 famílias beneficiadas e considerou que esta foi a discussão na época do projeto, porque trinta alugueis sociais eram poucos, então que questionaram e pediram que fosse devolvido para que a prefeita tivesse a sensibilidade de retomar esse projeto a esta Casa com a alteração, com um número maior de alugueis, já que o projeto se referia somente a trinta alugueis e ressaltou estar esclarecendo esse assunto porque as conversas se multiplicam, é dito uma coisa e saem dizendo que se falou outra. Ressaltou também que tem feito seu trabalho de forma distinta, sem menosprezar o trabalho de nenhum Vereador, então que gostaria de ser tratada da mesma forma, já que ninguém é mais do ninguém nesta Casa, que é preciso ter humildade, assim como teve o Sr. Presidente quando falou que é presidente dos 11 Vereadores, é preciso manter a harmonia e o equilíbrio nesta Casa. Esclareceu o seu pedido de retirada de pauta do projeto de sua autoria, alegando que não foi pelo fato do projeto ser do legislativo, mas sim por o município já ter ultrapassado a cota de limite de feriados de acordo com a Lei Federal 9.093 e agradeceu a atenção de todos. Em seguida, usou a tribuna o líder da oposição vereador Kleber Paulino, o qual, após seus cumprimentos formais, parabenizou o Sr. Presidente pelo evento em homenagem as mulheres com a Medalha Maria deste Vidal e estendeu os cumprimentos a todas as mulheres homenageadas por serem merecedoras dessa homenagem. Comentou sobre a conversa que teve com o responsável em prender os animais soltos em vias públicas, que atende pelo nome de Nego, o qual disse ter recebido ordens para não pegar os animais soltos no loteamento Alta Vista por ser uma propriedade privada e ressaltou que o loteamento não é de sua família, porque o loteamento paga IPTU, foi colocado água e energia lá, que é um loteamento aberto e o que está acontecendo é que soltam os animais neste local pela manhã e a tardinha esses animais vão para a estrada e para os bairros próximos do loteamento e frisou que se acontecer algum acidente por causa desses animais, que irá atrás dos direitos para responsabilizar e penalizar o município. Pediu que seu requerimento sobre a apreensão desses animais fosse reiterado; pediu também um requerimento direcionado ao Secretário de Obras, no sentido de tomar providências em relação à obra do esgoto na rua atrás do mercado de Cleonácio, devido ao mau cheiro e aos problemas que estão acontecendo neste local; outro requerimento direcionado para a Secretária de Saúde, no sentido de esclarecer qual está sendo a dificuldade para a contratação de médico para o posto de saúde da ilha do Rato e ainda que o Secretário tome providências também em relação aos esgotos a céu aberto e a falta de iluminação pública no bairro D. Nair. Concedeu aparte ao Senhor Presidente que considerou que em relação aos esgotos do bairro de D. Nair é que na cidade os loteamentos são feitos sem se observar o Plano Diretor e rapidamente vira um bairro sem alinhamento e sem infra-estrutura, o que torna o problema muito sério e muito grave que precisa ser resolvido. O Vereador Kleber Paulino considerou que os governantes que não seguem o Plano Diretor deixa acontecer o que está acontecendo agora e que muitos governantes às vezes não querem colocar muita emenda para o saneamento por ser uma obra escondida, uma obra que ninguém vê e reiterou o seu pedido sobre a retirada de entulhos das vias públicas. Em relação ao projeto dos alugueis sociais, disse que não poderia falar do mesmo porque os Pares pediram para esse projeto ser retirado e ele não foi votado, portanto não pode pedir desculpas por votar ou não votar



porque ele não foi votado e foi retirado. Afirmou que do jeito que estava não votava nesse projeto, que se voltar do jeito que está que votará contra e que responderá porque vota contra, mas que respeita o posicionamento de cada um, no entanto que se aumentar o número de pessoas a serem beneficiadas que podem contar com o seu voto porque está nesta Casa para trabalhar pela população de Tabira e agradeceu a atenção. Foi convidado para fazer o uso da tribuna o 1º Secretário, Vereador **Eraldo Moura**, o qual após seus cumprimentos formais parabenizou o Senhor Presidente Valdemir Filho pela sessão solene que homenageou muitas mulheres de Tabira com a Medalha Maria Celeste Vidal. Informou que acontecerá uma licitação no próximo dia 04 para pavimentação de algumas ruas entre elas a Rua Francisco Felizardo Maciel, em parceria com o Poder Legislativo que devolverá a quantia de 150 mil reais para beneficiar os moradores dessa rua; que também será pavimentada a Rua Santa Maria no bairro Vitorino Gomes, atendendo um pedido do Vereador Edmundo Barros e do Vereador Vianey Justo; o complemento da Rua Santo Antônio, atendendo ao pedido da Vereadora Ilma e a Rua Francisco Lucena e pediu, para quando tiver recurso que seja lembrada a Rua Senador Paulo Guerra também para a pavimentação. Informou seu pedido ao Secretário Joel Mariano em relação ao lamaçal no corredor ao lado de Zipa. Pediu, em relação ao projeto dos alugueis sociais, que fosse respeitada a sua fala quando estivesse na tribuna, que respeitassem também se for dada a permissão para aparte ou não e que quem se sentir ofendido peça a questão de ordem ao Senhor Presidente. Disse que no projeto do aluguel social, no artigo 6º diz que inicialmente o município de Tabira subsidiará diante da previsão orçamentária, até trinta unidades mensais com aluguel social, podendo alterar, ou seja, que cabia a Assistência Social verificar a necessidade dessa alteração, portanto se essa Casa tivesse votado e tivesse dado o direito a trinta famílias serem contempladas com esse aluguel social, se teria aí trinta famílias sendo beneficiadas. Considerou que é preciso ver se o projeto é bom para não prejudicar ninguém e ainda que poderia ter sido mais de trinta famílias beneficiadas de acordo com a verificação da Assistência Social, que por isso diz que essa Casa teve uma falha. Pediu para quando tiver um projeto que realmente seja bom para a sociedade, que os Vereadores pensem bem na hora do voto para não abster, deixando a política de lado e votar pensando na população que está esperando por essas ações. Lembrou que o projeto foi devolvido quando era para ter sido colocado no plenário para votação, que não assinou autorizando essa devolução. Concedeu aparte ao Vereador líder da situação Edmundo Barros que esclareceu que o projeto foi devolvido porque a situação tinha uma minoria na Casa, então que foi devolvido diretamente pelo então Presidente e pela então Mesa Diretora, como está escrito na ata desse dia, inclusive com a autorização do Vereador Eraldo Moura que fazia parte da Mesa Diretora e da oposição, que foi justamente quem votou contra e pediu para devolver o projeto, porque a situação, mesmo sendo minoria, pediu que o projeto fosse colocado em votação, mas a oposição, que era maioria, insistiu para que o projeto fosse devolvido. O Vereador Eraldo Moura fez a leitura da parte da ata que fala sobre a retirada de pauta do projeto do aluguel social e frisou que esta Casa deixou de atender trinta famílias porque o projeto não foi para votação e mesmo que fosse para votação não iria passar porque a sua pessoa fazia parte da oposição e a situação era minoria, por isso assumiu o seu erro e pediu desculpas para a sociedade. Por fim disse estar esclarecido para a população de Tabira que era para trinta famílias estarem sendo atendidas e não estão por um erro do Poder Legislativo e agradeceu a atenção de todos. O Senhor Presidente, por não fazer o uso da tribuna, pediu para a Secretaria da Casa fazer um convite para a Sra. Ana Maria Caldas vir apresentar a revista EVOCA nas comemorações da emancipação política do município e esclareceu que em nenhum momento



esta Casa recebeu convite para participar do evento de lançamento desta revista. Por questão de ordem o Vereador Kleber Paulino considerou que não sabia se o projeto do aluguel social seria reprovado, porque em nenhum momento houve uma reunião da sua pessoa com a Mesa Diretora sobre esse projeto, que somente soube que a prefeita prometeu 600, que deram 500 e engavetaram e pediu que a Secretária de Assistência Social venha a esta Casa esclarecer sobre esse projeto que foi engavetado, para que possam discutir e tirar esse projeto de dentro da gaveta para ser votado. Por questão de ordem o Vereador Eraldo Moura esclareceu a sociedade que fazia parte da Mesa Diretora como 2º Secretário, mas que o Presidente fazia da maneira que ele queria que esse projeto não veio para a votação em plenário e os Vereadores decidirem, então que a falha foi do ex Presidente. Esclareceu também que como 2º Secretário não teve culpa disso, que teria se tivesse votado contra, que era o que a oposição queria, porque queria que fossem 300 pessoas beneficiadas e pediu que o líder da situação articulasse para que o projeto volte para esta Casa, mesmo que seja para vinte famílias, porque agora ele passa. Intercedeu a Vereadora Socorro Veras que disse discordar da fala do Vereador Eraldo, porque quando se faz parte da Mesa Diretora é preciso estar sabendo o que está se passando e como o Vereador Eraldo fazia parte da Mesa Diretora anterior e faz parte da Mesa atual e se ele não procurar saber será que ele vai ficar sabendo do que está acontecendo? E destacou que além do ofício do e então presidente devolvendo o projeto e pedindo para a prefeita repensar e mandar o projeto de volta ratificando para os 300 alugueis, tem os votos dos relatores da Comissão de Justiça e Redação e o Parecer está devolvendo e frisou que estava esclarecendo para a população que o projeto não foi votado porque em momento nenhum o projeto foi para a votação, então que não se pode colocar os Vereadores contra a população e ficar com picuinha. O Vereador Edmundo Barros considerou que realmente é preciso apurar o fato e saber realmente quem é que está errado, porque a matéria veio para esta Casa e esta Casa é responsável por essa devolução e prejudicou trinta famílias do município que precisavam desses alugueis, que não justifica se tinha maioria ou minoria, que justifica era que tinha que ser sido colocado em votação e cada um assumisse o seu voto, mas a Mesa Diretora devolveu o projeto, quando o certo era ter votado os trinta e cobrar o restante. O Vereador Eraldo Moura intercedeu e afirmou que não estava com picuinha e não estava jogando Vereador contra ninguém, que estava com a verdade e que a verdade era que trinta famílias deixaram de receber o aluguel devido ao erro dessa casa e esclareceu que mesmo fazendo parte da Mesa Diretora foi comprado carro e a sua pessoa não sabia, foi feita a reforma nesta Casa e a sua pessoa também não sabia, então que foi a mesma coisa com o Projeto 008 que foi devolvido e a discussão do grupo nessa época era para esse projeto não passar, que só passaria se fosse com 300 famílias. O Senhor Presidente esclareceu que o projeto veio a esta Casa, que seguiu os trâmites e que a Comissão de Justiça e Redação não tem o poder de dizer se o projeto tem que passar ou não passar, a comissão apenas analisa e diz se o projeto é legal e não barra, que um parecer jurídico também não barra, que o voto é que decide e teria que ter sido colocado a votação em plenário se devolvia ou não, o que não foi feito e quem perdeu foram 30 pessoas, pouco ou muito, mas perderam. O Vereador Kleber Paulino reforçou a sua fala quanto à vinda da Secretária de assistência social, para que possam discutir e analisar a situação para aprovarem esse projeto e não fazer política com esse assunto. Não havendo mais inscritos para fazer o uso da tribuna, deu-se início a 2ª parte da sessão, ou seja, na ordem do dia: Votação dos Pareceres da Comissão Permanente de Justiça e Redação aos Projetos de Lei nº 030, 032 e 033/2023 – Legislativo – aprovados por unanimidade dos votos presentes em turno único. Votação do Projeto de Lei nº 030/2023 – Legislativo – aprovado

2
por unanimidade dos votos presentes em 1º turno. Votação do Projeto de Lei n 032/2023 – Legislativo – aprovado por unanimidade dos votos presentes em 1º turno. Votação do Projeto de Lei n 033/2023 – Legislativo – aprovado por unanimidade dos votos presentes em 1º turno. Votação do Projeto de Lei n 028/2023 – Legislativo – aprovado por unanimidade dos votos presentes em 2º turno. Votação do Projeto de Lei n 029/2023 – Legislativo – aprovado por unanimidade dos votos presentes em 2º turno. O Senhor Presidente declarou apreciados e aprovados os Requerimentos nº 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, e 073/2023; a Moção de Aplausos nº 028/2023 e as Moções de Pesar nº 020, 021 e 022/2023. Nada mais havendo a declarar o Senhor Presidente Valdemir Nogueira do Amaral Filho determinou que todo o ocorrido fosse lavrado em forma de ata, que será assinada por quem de direito e por mim e que a redigi Joanisa de Sousa Rocha – Secretária e marcou a audiência pública para tratar sobre os problemas existentes entre a COMPESA e o município de Tabira para o próximo dia 13 de abril do ano em curso, às 14 horas, nesta Casa Legislativa e marcou também a próxima Sessão para o dia 03 de abril do corrente ano e encerrou a sessão. Sala das sessões em 27/03/2023.

Pres.: Valdemir Nogueira do Amaral Filho _____

1º Sec.: Antonio Eraldo Costa Moura _____

2ª Sec.: Ilma Rocha Cordeiro de Souza _____

Djalma Nogueira Sales _____

Edilson Oliveira da Silva _____

Edmundo Dantez Cordeiro Barros _____

Gabriel Kleber Pereira de Melo _____

José Carlos Menezes _____

João Vianey Bezerra Justo _____

Maria do Socorro Veras dos S. Monteiro _____

Valdeir Tomé da Silva _____

